

ECOLOGIA INTEGRAL:

uma narrativa para
enfrentar a crise
socioambiental
planetária

Manifesto

DA COMISSÃO PARA ECOLOGIA
INTEGRAL E MINERAÇÃO DA CNBB

ECOLOGIA INTEGRAL:

**uma narrativa para enfrentar a
crise socioambiental planetária**



**Manifesto da Comissão
para Ecologia Integral e
Mineração da CNBB**

Março de 2025



P
PORTICUS

misereor
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT



Expediente:

**Comissão para Ecologia Integral e Mineração da
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**

Presidente: Dom Vicente de Paula Ferreira

Diagramação e arte: Agência Redentor - Comunicação e Marketing

Tiragem: 1 mil exemplares

Impressão: Gráfica América



Carlos Drummond de Andrade.

(“Olhe bem as montanhas...”,
in Caderno B, Jornal do Brasil,
pp6, 10/jul/1975)

“Montanhas e seres vivos participam de um processo vital que se diversifica sem perder a unidade. O homem é a terra; é ferro, planta, água e ar, e da identificação de todos estes elementos, dinamizados pela cultura, nasce a civilização. Como, desgraçadamente, estamos nos distanciando cada vez mais deste conceito elementar, a natureza vai sendo sacrificada, e não assimilada, e com ela, as montanhas desaparecem da face da terra. Aparentemente, isso produz riqueza. Na realidade, provoca transformações profundas no meio-ambiente, com reflexos negativos na qualidade da vida. Transformações que invalidam os benefícios da riqueza criada, e tornam mais precária a vida de todos os seres, desde a espécie mais humilde até a orgulhosa espécie humana.”

Nosso Manifesto começa com as palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade. O artigo citado foi publicado em 1975, quando, em Minas Gerais, já eram visíveis os sinais de destruição das grandes montanhas, causada pela ganância mineradora. O poeta escreveu, os povos indígenas alertaram, a Terra gritou e a Igreja, pelo acolhimento do Papa Francisco, profetizou: tudo está interligado! O tempo de salvar o mundo da vida é agora.

O Papa Francisco tem afirmado que não atravessamos uma época de mudanças, mas uma mudança de época¹: causamos e experimentamos uma nova “*era geológica*”. No centro da mensagem do pontífice está o reconhecimento da necessidade de transformar radical e profundamente a relação que os seres humanos estabeleceram com o planeta Terra. Nos últimos séculos, nas sociedades ocidentalizadas, motivados pelo principal estatuto da modernidade, construiu-se a equivocada compreensão de que os humanos são seres distintos e separados da “*natureza*”. Esqueceram-se de que são uma espécie que tece uma a rede da vida com as demais. Passaram a pensar que são mais importantes, especiais, separados de todos os restantes. Esta cosmovisão foi o resultado, entre outros, de princípios como o que apontou Francis Bacon, quando formulou o Método Científico: “*a natureza precisa ser torturada por meio de experimentos, até que confesse a nós todos os seus segredos.*” (Bacon, 2012).

Desse modo, a tradição ocidental, em sua preocupação civilizatória, se opôs e considerou superstição ou heresia as perspectivas dos povos originários, sua visão de mundo integrada e sua luta pela sociedade do bem-viver. No entanto, chegando ao século XXI, o extrativismo sem limites e a financeirização da economia e do mundo da vida, próprios deste estágio da civilização ocidental, tem se revelado como grandes agressores de nossa casa comum. Assim, a Terra mesmo, nas últimas décadas, tem manifestado reações extremas, lançando seu grito cada vez mais assustador.

Em meio aos diversos cenários de crises, convivemos com guerras, destruição ambiental, crescimento das injustiças estruturais e das desigualdades. Além disso, assistimos à exacerbação do patriarcalismo, das exclusões do diferente, a novos colonialismos, manipulação da fé e da ingenuidade do povo simples, a xenofobia etc. A afirmação e articulação de projetos políticos da extrema direita em diversos países do mundo favorece o aumento de concentração de renda e poder dos super-ricos – sem lugar para a misericórdia – e torna ainda mais desafiantes e imprevisíveis os tempos por vir. A Igreja Católica – como tantas outras igrejas – não fica fora dessas marcas epocais. Se, por um lado, há a urgência de enfrentar tais desafios com a *parresia* que nasce do Evangelho de Jesus; por outro, muitos cristãos alegam não ser esse problema – a destruição do mundo da vida – algo que implique a fé.

¹ Discurso do Papa Francisco durante o Encontro com os Movimentos Populares, realizado em 28 de outubro de 2014, em Roma.

Enquanto o Papa Francisco nos chama para uma inserção no século XXI, sendo Igreja em saída, na defesa da vida, dos direitos humanos e da natureza, outros setores reagem abertamente e querem reduzir a Igreja a um museu medieval e aprisioná-la em suas sacristias. Ou, ainda pior, alegando a defesa da civilização cristã-ocidental, apoiam e incentivam a aliança com os poderosos, seu violento e insustentável modo de vida. Portanto, uma questão importante para enfrentarmos a inusitada travessia pela qual passamos, diz respeito a compreender a qual imagem de Deus se dirigem nossa fé, nossa esperança e nossa caridade. Uma espiritualidade contemporânea, que queira ser encarnada, aberta ao mundo e aos seus desafios, cultivando a fraternidade universal, somente pode cumprir a profecia da igreja de Jesus na opção pelos “condenados da Terra” (Fanon, 1961), ou – como diz Ailton Krenak – com aqueles que “*vivem nas bordas do planeta*” (Krenak, 2020).

Não nos cabe a paralisia. Como peixes de piracema, somos obrigados a nadar contra a corrente, para que a vida se reproduza. Ou seremos como os peixes que não migram, não desovam e já não servem para nada além de se deixar devorar pelos homens. Quando falamos em espiritualidades, precisamos discernir sobre qual espiritualidade estamos falando (Malvezzi, 2020). É urgente que nos perguntemos a partir da fé cristã, que testemunho, que postura, que narrativa defendemos, diante das agudas crises sociais e ecológicas?

A Comissão Especial para Ecologia Integral e Mineração da CNBB (CEEM) tem debatido muito sobre a vocação cristã nesse contexto. Nem tudo é consenso, mas há pontos chave que nos conduzem e que queremos, com este Manifesto, compartilhar. Partimos da *Laudato Si*, encíclica sobre o cuidado da casa comum, que no ano de 2025 completa 10 anos de publicação.

A crise socioambiental tem raízes humanas, destaca a Encíclica. Esta crise é efeito de um estilo de vida fundamentado no capitalismo global, que coloca o dinheiro e o lucro acima das vidas. Por isso, de nada adianta “*uma ecologia superficial ou aparente, que consolida um certo torpor e uma alegre irresponsabilidade. Como frequentemente acontece em épocas de crises profundas, que exigem decisões corajosas, somos tentados a pensar que aquilo que está acontecendo não é verdade*” (LS 59).

Essas atitudes de negacionismo, indiferença ou de crença em soluções paliativas devem ser superadas. Assim, o objetivo deste Manifesto é colocar

o dedo na ferida. Ainda que seja doloroso, não dá mais para acreditarmos em consolos ingênuos, que, de fato, não chegam ao coração dos problemas. Não é época de nos iludirmos com falsas motivações. É um momento crucial da humanidade e da vida no planeta, é uma virada de época, que acontece em meio a sofrimentos, guerras, destruições, fome, sede, miséria, opressões. Estamos na travessia. As coisas precisam mudar para que outro mundo nasça. Para que as novas gerações tenham um futuro justo. É nesse contexto que somos chamados a dar razões de nossa esperança cristã.

Temos a convicção de que o ano de 2025, do Jubileu da Esperança, da Fraternidade e Ecologia Integral, da COP 30 no Brasil, é um momento *kairológico*, tempo de graça, de ação clara de Deus na história. Como dizia o saudoso Cardeal Cláudio Hummes, “se nossa atuação tardar mais, será tarde demais”. Agora é a hora! Não há como retardar as atitudes que definirão o futuro da humanidade e da Terra. Diz o senso comum que os momentos radicais (do latim *radix*, raiz), também são momentos de novas oportunidades. Sabemos que nem sempre as alternativas que emergem daí são boas. Nessas horas, não faltam os aproveitadores das mazelas humanas para consolidar poder e riquezas. O Papa Francisco nos chama a estarmos junto aos povos originários, aos movimentos socioambientais populares e a todos e todas que não se rendem ao sabor dos ventos da época.



1. POR UMA NARRATIVA CRISTÃ LIBERTADORA

Verde ou marrom, a economia que mata

As reações da humanidade à crise socioambiental – acentuada desde a Segunda Guerra Mundial – são controversas e antagônicas. Porém, há verdades científicas que não podem ser ignoradas: desde a Revolução Industrial as emissões de gases de efeito estufa, principalmente o gás carbônico e o metano (CO_2 e CH_4), têm aumentado. Isso se deve principalmente ao consumo de combustíveis fósseis, mas também à derrubada de florestas e à criação intensiva de animais, sobretudo de gado bovino, que injetam, diariamente, milhares de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera. Esquecemos que nem tudo na Terra está disponível para o ser humano. A Terra precisa preservar seu próprio metabolismo porque ela é um ser vivo, um “*superorganismo vivo*” (Lovelock, 2009) e tem direito a existir. Em outra linguagem, os povos originários do Brasil dizem que, se não mudarmos urgentemente o rumo do que chamamos de *desenvolvimento*, “o céu vai cair em nossas cabeças” (Kopenawa, 2015).

Os *negacionistas*, inicialmente, desqualificaram as denúncias dos cientistas sobre as mudanças climáticas, tratando-as como um argumento infundado. Depois, sem poder ignorá-las, passaram a negar que o fator das mudanças fosse o ser humano. Ultimamente, vemos com imensa preocupação políticas públicas negacionistas sendo implementadas, apostando na busca de soluções de salvação individual. Quando os super-ricos constroem bunkers (Turbini, 2023) para sobreviver ao fim do mundo climático, de fato, estão dizendo que os sobreviventes – neste caso, eles – é que darão continuidade à espécie humana na Terra.

O modelo econômico atual acentua a distinção entre pessoas com direito à sobrevivência e aquelas consideradas descartáveis, como alerta o Papa Francisco: “Os *excluídos não são ‘explorados’, mas resíduos, sobras*” (*Evangelii Gaudium*, 53). O sociólogo, economista e filósofo alemão Max Weber, ao analisar o capitalismo, já no século XIX, destacava que a lógica fundamental desse sistema é a busca incessante de lucro. Ele observa que “*em uma ordem social totalmente capitalista, o empreendimento capitalista individual que não*

tomassem vantagem das oportunidades de produção de lucro estaria condenado à extinção” (Weber, 2013).

Como sabemos, o capitalismo tem seu principal fundamento na acumulação de capital, possibilitado pela extração da mais-valia: a exploração do trabalho humano e da natureza, compreendida exclusivamente como recurso, matéria prima. Os povos originários da América Latina e todos os povos que vivem integrados ao mundo da vida nunca se adaptaram e sempre combateram esta filosofia: ela implica a privatização da terra, da água, da biodiversidade, da comida, de tantas outras dimensões da vida. Nas últimas décadas, com o processo de intensa financeirização da economia, o chamado neoliberalismo, houve um deslocamento do sentido de mais-valia. Agora não se trata apenas de exploração do trabalho, mas sim da *“extração violenta do valor mobilizado por cada sujeito, na sua individualidade”* (Oliveira, 2021, pp 24). A transformação de cada pessoa em empreendedor de si mesmo, sendo ao mesmo tempo seu *“escravo e seu patrão”* (Han, 2019). É a chamada *uberização* do mundo do trabalho. Com a Inteligência Artificial, a perspectiva é que bilhões de empregos serão destruídos nos próximos anos, tornando ainda mais complexas as condições de trabalho da imensa maioria das pessoas.

O capitalismo, por sua própria natureza, se alimenta das crises que provoca. A cada crise, novas estratégias para maior acumulação de capital são criadas. Ainda na fase do capitalismo industrial, por exemplo, emergiram os programas de obsolescência programada. Isto é, os bens industrializados são planejados para ter curta durabilidade. Assim, os consumidores devem voltar ao mercado e adquirir novos bens de forma cada vez mais veloz. Como parte desta estratégia, há a obsolescência estética, que implica a mudança na aparência, para estimular o consumo de produtos com apresentação mais inovadora. O ônus desta produção ilimitada e desnecessária de bens recai diretamente sobre a



natureza, uma vez que a extração contínua de materiais de base – minérios, hidrocarburos, madeira – se faz de acordo com o tempo do mercado: em um ritmo muito mais veloz do que a natureza consegue se regenerar. Portanto, o modelo econômico de desejo ilimitado, se torna incompatível com um planeta limitado. É insustentável. No entanto, na atual fase do neoliberalismo, como alguns especialistas têm chamado atenção, há cada vez menos investimento no capital produtivo, com deslocamento dos recursos para o mercado de capitais. Assim, *“a modernização como sinônimo do progresso técnico e da cultura da civilização industrial burguesa, já não existe mais (...)”. A linearidade do processo de desenvolvimento e a perspectiva do esforço coletivo para atingir uma vida melhor em um futuro prometeico não se comunica com a razão especulativa do capitalismo financeiro, para o qual não há impedimento, por exemplo, para apostar na catástrofe contra a prosperidade ou a justiça social*” (Oliveira, 2021, pp41). Na encíclica Fratelli Tutti, o Papa Francisco se referia a este momento como o “fim da consciência histórica”, sem a promessa ou o compromisso das elites com “um mundo para todos”. Isto nos leva, diz o Papa, a uma *“luta de interesses que coloca todos contra todos, onde vencer se torna sinônimo de destruir”* (FT, 16).



Esse devorar constante da natureza e do suor dos trabalhadores tem muitas outras faces. Entre elas, o descarte do lixo, que transforma as cidades e a atmosfera em lixões; a acelerada perda de biodiversidade e a extinção de incontáveis espécies a cada ano; o aumento do número de conflitos armados e de guerras e a ultrapassagens de vários dos limites do planeta. Os cientistas preveem que o aquecimento climático chegará em breve a um ponto inédito nos últimos dois milhões de anos do planeta. Não sabemos se a espécie humana ou outras espécies poderão sobreviver neste ambiente, para o qual não temos nenhuma experiência ancestral.

Por todos estes aspectos e muitos outros que não temos como detalhar neste Manifesto, afirmamos com convicção que o modelo capitalista não tem salvação. Por sua própria essência, ele avança explorando sempre mais a natureza e os povos, ou desmorona, com a interrupção de seu ciclo. Por isso dizemos que o modelo consome mais do que a Terra pode oferecer. Dessa realidade decorre o fato de os super-ricos investirem na busca interplanetária: a Lua e Marte são os espaços ambicionados para minerais raros, como é o caso do Hélio-3, útil para a fusão nuclear. A exploração do sistema solar estará apenas iniciando, se este modelo não acabar antes com o mundo de todos os mundos, o planeta Terra.

A crítica ao modelo de desenvolvimento

A crítica fundamental ao conceito de “desenvolvimento” é sua insustentabilidade e, conseqüentemente, sua contribuição para a injustiça socioambiental. Embora já capturado pelas grandes corporações, o conceito de “sustentabilidade” ainda resistiu e, de certa forma, manteve sua razão de ser. Isto é, ele se referia ao tempo em que a produção econômica respeita, ou não, os ciclos da natureza. Se o tempo da economia em rapinar a natureza for mais veloz que o tempo de sua restauração, então o desenvolvimento é insustentável. Se ele respeita os tempos da natureza, torna-se sustentável. Nos últimos anos, em um processo de apropriação de conceitos para sua transformação, vimos ser consolidada a ideia de “economia verde”, como um aspecto positivo do desenvolvimento sustentável. A partir dos anos 2000, organismos como o Banco Mundial começaram a investir neste novo conceito em seus relatórios. *“O que esses relatórios fazem é o reenquadramento da narrativa sobre o desenvolvimento sustentável para economia verde, que fundamenta a ação climática na correção de falhas do mercado, na base da definição do ‘preço certo’ e da introdução de instrumentos públicos de mercado para a alocação de recursos”* (Oliveira, 2022, pp28). Assim, vimos nascer e crescer tanto o mercado de créditos de carbono, quanto a transformação de toda a natureza e dos chamados “serviços ambientais”, em “ativos” para o mercado financeiro. Novas legislações nacionais vêm adequando e criando um mercado não apenas de comodificação dos bens da natureza, mas de sua transformação em “ativos”, que favorecem os mercados e o sistema financeiro.

Antonio Covas nos ajuda a entender a lógica da economia verde. Ele trata da “teoria da modernização ecológica” e apresenta dez teses (Covas e Covas, 2010), que apontam a economia verde como uma estratégia de renovação do capitalismo ao integrar a proteção ambiental como vetor de crescimento econômico. Trata-se de um esforço para reestruturar o capitalismo por meio de uma racionalidade técnico-instrumental, que redefine as relações entre economia e ecologia, institucionalizando práticas ambientais e explorando avanços tecnológicos e científicos como instrumentos de regulação. Contudo, essa abordagem revela limitações, ao reforçar a dependência de paradigmas econômicos centrais, concentrar poder em corporações e complexos regulatórios, e negligenciar desigualdades estruturais entre economias desenvolvidas e regiões desfavorecidas. Assim, a economia verde surge não como ruptura, mas como uma modernização incrementalista do capitalismo, ampliando sua capacidade de autorregulação enquanto perpetua contradições sistêmicas.

As iniciativas de maiores isenções fiscais para o minero-agro-hidronegócio, associada à evasão fiscal, facilitadas pelas novas legislações nacionais, completam o quadro que permite a emergência dos super-ricos que, cada vez mais, controlam diretamente o planeta. Apenas para termos uma ideia, os 0,0005 bilionários americanos foram responsáveis por 87% dos gastos da campanha de Donald Trump. Assim, uma pequena minoria, o que ganha com a isenção de impostos, aposta no controle direto dos governos. No Brasil, não é diferente.

Os povos originários, assumindo a perspectiva de “*bem viver*”, entendem que os estilos de vida e as sociedades deveriam se basear e respeitar a inter-relação entre os seres humanos e não humanos, vivendo de forma integrada. O ser humano é natureza. A concepção ocidental de desenvolvimento, no entanto, não é cíclica, não é circular, não supõe o tempo de recomposição e, assim, exaure a Criação e torna a Terra um depósito de lixo.

Por isso, quando falamos de Ecologia Integral, não podemos ficar na superfície da questão. É nesse sentido que se tornou célebre a frase de Chico Mendes: “*Ecologia sem luta de classe é jardinagem*”. Chico não estava propondo formas de violência ou de eliminação física de seus adversários, mas tinha clara a consciência de que existem causadores, responsáveis, por práticas destrutivas e de que eles precisam ser confrontados. Para ele, não existia outra forma de enfrentá-los a não ser com a organização popular, que oferece resistência aos projetos destruidores da floresta e que permite criar novos caminhos, reinventar a vida na inter-relação de dependência com a natureza. Esta compreensão, foi definida por ele como “*florestania*”, para se referir a outra forma de “*cidadania*”. Chico foi assassinado pelos seus adversários. Por isso, a constatação já antiga na Pastoral da Terra (CPT), que “*aqueles que matam a floresta, são também aqueles que matam os trabalhadores e os defensores da floresta*”.

Para enfrentar essas contradições neoliberais, apoiando as pessoas e grupos resistentes, em defesa da casa comum, a Comissão de Ecologia Integral e Mineração defende uma narrativa cristã libertadora. O que implica retomar a questão da luta de classes, elemento sempre muito delicado nas reflexões da Igreja Católica, que nunca viu, nesta luta, um método adequado para se enfrentar situações de conflito. Acontece que ela existe não porque os oprimidos se organizam para enfrentar seus opressores, mas porque os opressores do povo e exploradores da natureza estão sempre organizados para controlar os corpos, os territórios dos pobres e a terra. Ela, portanto, se

entretece com a dominação ideológica sobre a sociedade: na elaboração das leis, no domínio das forças repressoras do Estado (polícia, forças armadas), no controle dos meios de comunicação, no controle das mentes e corações. Nos tempos atuais, em muitos casos, também as igrejas participam de uma sociedade de controle, por meio de discursos religiosos alienantes, que servem aos opressores.

Isso desafia os cristãos e suas prioridades nos projetos de evangelização: estão realmente a serviço e em defesa dos empobrecidos e oprimidos (descartados), da justiça e da paz, ou protegem os interesses daqueles que depredam a natureza e oprimem o povo? Que modelo de sociedade efetivamente defendemos, como discípulos de Jesus Cristo? Como disse Papa Francisco aos Movimentos Populares:

o futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos, na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança... Digamos juntos do fundo do coração: nenhuma família sem teto, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhum povo sem soberania, nenhuma pessoa sem dignidade, nenhuma criança sem infância, nenhum jovem sem possibilidades, nenhum idoso sem uma digna velhice (Francisco, 2015, vol. 4, pg. 23).

Essa postura de defesa dos empobrecidos e descartados (órfãos, viúvas, estrangeiros), que assumem rostos diferentes em diferentes momentos da história, deita raízes na tradição profética bíblica. Se aceitamos que a Bíblia tem inspiração divina, então a profecia, e sua consequente luta pela justiça, são inspirações do próprio Deus. Podemos manipular o texto bíblico, como qualquer outro texto, mas é inegável como Deus se coloca sempre ao lado dos mais frágeis. Nas primeiras comunidades cristãs, os pobres eram a Igreja. A tradição da Igreja Latino Americana e sua fidelidade ao Concílio Vaticano II confirmam a narrativa cristã libertadora, que deve ter a coragem de denunciar os opressores e anunciar as alternativas que vem dos descartados.

2. O CORPO FERIDO E RESSUSCITADO DE CRISTO PRESENTE EM TODA A CRIAÇÃO

Somos o Planeta Terra, que tem características únicas. Estamos aqui, depois de uma gestação estimada em 4,6 bilhões de anos. Há cerca de 2,5 milhões de anos, na África, surgiram os primeiros humanos. Há cerca de 400 mil anos, surgiram os Neandertais. E, entre 300 mil e 200 mil anos atrás, os *Homo Sapiens*. A Terra teve que se preparar como um útero de mãe para acolher a nossa espécie, que tem o uso da razão, que sente, que pensa, que ama. Ainda mais, essa espécie é capaz de indagar que Deus tenha criado o universo, o sistema solar, o planeta. Por isso, por caminhos diversos, é capaz de re-ligar-se com seu Criador. Uma parcela da humanidade entende que Deus busca o ser humano, querendo se relacionar com ele, obra de suas mãos. Como dizia o grande teólogo Karl Rahner, “*o ser humano é preparado para hospedar Deus em si mesmo*”.

Para os cristãos, Deus se revela. Aproxima-se da humanidade, se faz um de nós na pessoa de Jesus Cristo, que nos mostra seu Pai e nos envia o Espírito Santo, que renova a face da Terra e nos faz nascer de novo. Ele faz a ponte entre o mundo do Criador e o mundo criado, com o propósito de levar toda Criação à sua plenitude. “*Quando se completou o tempo previsto, Deus enviou seu Filho*” (Gl 4, 4). Um Deus que tudo criou é também o Deus que se fez pequenino, que se encarnou, que andou no meio de nós, que não teve medo e nem vergonha de se aproximar dos pobres, doentes, prostitutas, publicanos e pecadores. Veio para chamar os doentes, não os saudáveis.

João diz que ele é o alfa, o ômega, o princípio e o fim de tudo que existe (Ap 22, 13). Então, essa Terra está marcada por Ele. Quando ressuscita, leva um pouco desse planeta consigo até à eternidade. Ele nos precede no Reino definitivo (Jo 1).

De modo que defender a Ecologia Integral é matéria constitutiva da fé cristã. Cremos na Criação como dom divino e que, nós seres humanos, fomos também criados com a vocação de participar e defender um paraíso tão sagrado quanto ameaçado. É tarefa urgente contemplar essa marca *crística* impressa no universo. Para isso, a cristologia tem a tarefa atual de aprofundar

a compreensão da Teologia da Criação, pois a evolução do universo, através de suas misteriosas delicadezas, fala também de uma história da Salvação².

Essa Terra, na qual somos e à qual pertencemos, grita como uma pobre criatura. Precisamos ouvir seus gritos juntamente com os dos pobres (LS 49). Por isso, nesse momento da história, primeiros 25 anos do século XXI, somos obrigados a olhar para humanidade e para o nosso planeta, tendo ainda uma chance de evitar o pior. A Terra, na sua beleza orgânica, conta com nossa ação criativa para seu aperfeiçoamento, não para sua destruição. E nós não temos para onde ir, se a vida ficar inviabilizada pelo calor ou qualquer outra hostilidade: somos interdependentes. Como diziam nossos avós, se a gente cuida da terra, a terra cuida de nós. Caso contrário, teremos um planeta hostil.

Habitamos um território sagrado, no qual vive o Cristo cósmico. “Sabemos que toda a criação, até o presente, está gemendo como que em dores de parto” (Rm 8, 22). Por isso, escrevemos este Manifesto em defesa de toda a Criação, que compreendemos como o primeiro evangelho de amor divino. Pretendemos despertar os corações para a promoção de “caminhos de esperança e de cuidado da casa comum” (Ferreira, 2025).

*“caminhos de esperança e de
cuidado da casa comum”*

(Ferreira, 2025).



² Recomenda-se a obra do teólogo Juan Luis Segundo: “Que mundo? Que homem? Que Deus?” (1995).

3. O QUE ENTENDEMOS POR ECOLOGIA INTEGRAL

A ecologia integral compreende que, no mundo criado, tudo está intrinsecamente interligado. Esta é a dimensão fundamental de sua visão de mundo. Nós, humanos, somos interconectados e dependentes da Terra que, por sua vez, está conectada ao sol e do sistema solar, que é parte de uma galáxia, a Via Láctea, inserida no Universo. “*Somos poeiras de estrelas*”, nos dizem os cientistas, porque os átomos que compõem nossos corpos se originaram das grandes explosões estelares. Nós, como todo o reino animal, dependemos das plantas para nos manter vivos: são elas que fazem a fotossíntese, que transforma energia do sol em energia vital. Para tanto, dependem da luz do sol e dos elementos da vida para sua síntese alimentar. Daí vem a cadeia alimentar, que vincula os seres vivos, bióticos, com todos os elementos abióticos: água, terra, ar. Quando uma vida cessa, a decomposição de seu corpo, também efetuada por seres microscópicos, permite que os elementos constitutivos retornem ao ciclo da vida. Efetivamente, tudo está interligado.

Por isso, o único caminho possível para a Vida é a Fraternidade Universal, entre todas as criaturas, que implica a defesa da biodiversidade. Fora dela, não há salvação para a humanidade nem para a vida na Terra: ela expressa a dinâmica com a qual o Criador tudo cria.

Nas superficialidades dos tempos atuais, quando as redes sociais se tornam a “*enciclopédia dos despreparados*”, corremos riscos de simplificação e reducionismo. Não podemos perder de vista a profundidade, a amplitude e o alcance da perspectiva da Ecologia Integral. Ela diz respeito à totalidade das existências, suas conexões naturais, materiais e espirituais. Diz respeito ao ar que respiramos, à água que bebemos, ao alimento que consumimos, ao livro que lemos, à música que ouvimos e às bactérias que um dia vão decompor nossos corpos. Diz respeito a cada um de nós que compomos a subjetividade da Terra, “*a fissura no ser*” (Sartre, 1997). Que somos capazes de entender, de amar, de odiar, de construir, de destruir, de gerar, de matar, de cultivar e de guardar. É a totalidade cósmica interligada a que nos referimos quando o assunto é Ecologia Integral.

Se tudo está interligado, de maneira integral, também uma verdadeira pastoral deveria ser integral e integradora, assim como uma verdadeira Teologia da Criação e das criaturas. A ecoteologia entende a conexão de todas as criaturas, e dialoga

com a perspectiva elaborada pelo paleontólogo e teólogo Teilhard de Chardin, que compreende a interconexão desde a criação do estofo do Universo, passando pela biogênese e noogênese, até chegar a cristogênese (Chardin, 1970). Como disse o filósofo Edgar Morin (1991), o “*pensamento complexo*” não é uma resposta, mas um desafio, isto é, sabemos que tudo está interligado, mas é difícil agir respeitando a interligação de tudo com o todo.

Neste sentido, a ecologia integral pode ser o elemento que inspira e atravessa todas as dimensões pastorais, celebrativas e formativas da Igreja. Ela pode estar presente nos conteúdos de catequese, nos grupos paroquiais, nas homilias, na liturgia, nas pastorais socioambientais, com uma especial valorização da dádiva particular da Igreja do Brasil, as Campanhas da Fraternidade, importantes elos da Igreja com a sociedade.

No Brasil temos atores e atrizes pastorais há muito tempo envolvidos com as questões socioambientais. Citamos o CIMI, CPT, CPP, Pastoral da Moradia e Favela, Pastoral da Rua, Cáritas, além das comissões da CNBB. É bom lembrar que a primeira pastoral específica criada no Brasil foi o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), por Frei Alfredo, que trabalhava com as comunidades pesqueiras ao longo do litoral do Nordeste, particularmente de Pernambuco. Foi quando os rios brasileiros começaram a ser barrados e contaminados, chegando às praias, quando a disponibilidade de pescado começou a diminuir, e a população pesqueira percebeu que seu trabalho estava em risco, juntamente com sua sobrevivência por causa da degradação ambiental. Foi essa base eclesial que muitas vezes ofereceu conteúdo prático para as reflexões da Igreja sobre os desafios socioambientais. Por isso, é fundamental que qualquer iniciativa no campo da ecologia integral conte com esses atores.

Para dentro da Igreja, uma pastoral de conjunto inspirada na Ecologia Integral depende da vontade político-pastoral de suas instâncias organizadoras, desde a CNBB, passando pela autonomia das dioceses, paróquias, comunidades e pastorais. Quanto ao conjunto da sociedade, depende da capacidade de estabelecer parcerias com atores importantes como os movimentos sociais, organizações da sociedade civil, os povos indígenas, quilombolas, movimentos urbanos e tantos outros que também defendem a ecologia integral. Essas parcerias já existem, já atuam juntos, como é o caso da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que congrega mais de 3 mil entidades que conseguiram um amplo projeto de Convivência com o Semiárido. Há milhares de exemplos como esse, alguns mais impactantes e outros menos, mas todos apontam para outras possibilidades que se intensificarão com as mudanças climáticas.

4. CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS E PASTORAIS

O paradigma da mineração como modelo predatório

Sabemos que o modelo extrativista neoliberal tem vários empreendimentos que devastam a natureza. Os mais conhecidos são a mineração, o agronegócio e todo o vasto campo de exploração energética. No entanto, a Comissão de Ecologia Integral agrega, em seu nome, a *mineração*, por alguns motivos importantes. Primeiro, pela histórica trajetória minerária que acontece no Brasil e na América Latina desde a chegada dos europeus nessas terras. Como afirma Eduardo Galeano, “*nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno*” (Galeano, 2021, p. 18). Porque nossos territórios foram vítimas de um extrativismo que levou as riquezas e deixou a pobreza. Há um histórico de grandes dívidas com nossos povos originários, com os afrodescendentes e com a extraordinária biodiversidade de nossos territórios.

Em segundo lugar, a memória de terríveis crimes socioambientais deve ser guardada na luta por justiça e reparação integral. Recentemente, acompanhamos tragédias como as de Mariana e Brumadinho, no Estado de Minas Gerais. Lamentamos que os processos posteriores, chamados de reparação, “*não contaram com a participação dos principais interessados: as vítimas*”, como ecoa, exaustivamente, a obra “*Arquitetura da impunidade*”³. Mesmo com todas as evidências, a injustiça permanece, inclusive nos acordos de reparação entre Estado e empresas. Das explorações do ouro, na época da colonização, aos atuais programas de extrativismos minerais no Brasil, o que sobressai é a valorização do lucro acima da vida.

Em diversas partes do mundo, a Igreja tem assumido posições claras frente às ameaças do extrativismo predatório. Um manifesto dos bispos das Filipinas orienta a Igreja a não receber doações de empresas envolvidas com crimes ambientais. Em um encontro de bispos africanos, sobre o contexto de guerras,

³ <https://www.cnnb.org.br/comissao-lanca-o-livro-arquitetura-da-impunidade/>

afirmou-se que, onde há empreendimentos minerários, há conflitos⁴. No Panamá, bispos de diversos países latino-americanos se posicionaram com coragem profética contra os impactos da mineração no continente⁵. A Rede Igrejas e Mineração atua há mais de dez anos na América Latina articulando comunidades de fé que resistem às ameaças deste modelo de saque.

Enfim, por mais que esse não seja o único setor causador de inúmeras feridas ao meio ambiente e às comunidades em seus territórios, continua sendo um catalisador de complexos desafios, acumulando crimes irreparáveis. Trata-se de um setor que, para se manter atuante, domina não somente as geografias, mas também a cultura, a política e a espiritualidade. Por isso, consideramos que confrontar a “*mineração*” seja paradigmático para toda a defesa da Ecologia Integral.

A proposta de algumas organizações latino-americanas, chamada de “*Transições para o pós-extrativismo*”, sugere um caminho gradual para reduzir a dependência da extração intensiva de recursos naturais, com etapas que vão da mineração predatória à essencial, priorizando demandas essenciais, a justiça ecológica, a redução do consumo e a reciclagem dos materiais extraídos. O atual modelo minerário, impulsionado pelo aumento constante das guerras, com a produção de armamentos, e pelo desejo de lucro em curto prazo, continua adotando práticas insustentáveis para garantir a prioridade da distribuição de dividendos do capital financeiro que investe nas grandes empresas. Por isso, foi lançada há alguns anos a Campanha de Desinvestimento da Mineração, que convida as igrejas a retirarem seus investimentos financeiros de bancos e fundos que estejam financiando o extrativismo predatório. O documento da Pontifícia Academia das Ciências Sociais “*Mensuram Bonam*”, publicado em 2022, apresenta os investimentos em mineração entre aqueles eticamente “*de risco*”, devido aos seus potenciais impactos sociais e ambientais. A Conferência Episcopal da Áustria, dois anos depois, publicou uma diretriz que proíbe os investimentos em empresas de extração de ouro.

As igrejas precisam manter uma posição transparente, ética e livre com relação ao uso do dinheiro, ainda mais em contextos de conflito, onde atores com forte poder econômico poderiam tentar cooptá-las ou seduzi-las, a fim de que defenda os interesses de poucos acima da justiça social e ambiental.

⁴ <https://cepastcnbb.org.br/a-igreja-na-africa-condena-a-exploracao-abusiva-da-mineracao-e-dos-recursos-naturais-que-e-uma-cao-de-conflitos-e-sofrimento/>

⁵ <https://cepastcnbb.org.br/colunista/a-igreja-e-as-comunidades-atingidas-pela-mineracao/>

A Prelazia de Itacoatiara (AM), por exemplo, decretou, em 2022, que as paróquias e pastorais não receberão recursos financeiros de políticos, de madeireiras, de empresas de mineração, de exploração de petróleo e gás que contribuem para o desmatamento e a expulsão de suas terras dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores. São importantes exemplos, que animam a caminhada.

As espiritualidades dos povos originários

Ainda podemos falar de outras matrizes civilizacionais, de outras cosmovisões, em pleno século XXI, hegemônico pelo pensamento ocidental? Não só podemos como devemos, disse o Papa Francisco durante o Sínodo para a Amazônia e na Exortação Querida Amazônia. E a razão é que essas civilizações existem, atravessaram séculos e até milênios e sabem viver integradas ao território do qual são parte.

Não são espiritualidades do passado. Não estão ultrapassadas. Sendo ancestrais, trazem dimensões e aprendizados das vidas vividas que, no presente, podem ajudar a delinear futuros abertos, mais amorosos e acolhedores para a vida. As poucas áreas do mundo onde ainda há equilíbrio de vida entre todas as formas de existência são, exatamente, aquelas protegidas por povos que, com seus ritos, sua espiritualidade e seu modo de vida respeitam os ciclos da terra. Elas são inspiradoras do futuro. Papa Francisco nos diz que perder uma dessas culturas é tão prejudicial quanto perder uma espécie viva da natureza: *“Assim como há potencialidades na natureza que se poderiam perder para sempre, o mesmo pode acontecer com culturas portadoras duma mensagem ainda não escutada e que estão ameaçadas hoje mais do que nunca”* (QA, 28).

A cultura do bem comum (os “*comuns*”), como terra, água, biodiversidade, até mesmo os alimentos, não é prerrogativa exclusiva dos povos originários. Os “*comuns*” deitam raízes também na Bíblia, na tradição profética, nas primeiras comunidades cristãs, na patrística e na tradição da Igreja viva. O Papa João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens*, destacou que *“sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social”* (LE, 14). Muitas vezes essa não passa de uma frase sem impacto na realidade, mesmo na pastoral da Igreja. Mas faz parte do Magistério e deve ser tomada muito a sério.

Segundo a cosmovisão da maioria dos povos originários, a concepção de propriedade privada é inaceitável. É inconcebível que uns tenham habitações e outros não, que uns tenham terra e outros não, que uns tenham água e outros não, que uns tenham comida e outros passem fome. Na tradição ocidental, muitos consideraram esta como uma etapa de “*comunismo primitivo*”, a ser superado com o desenvolvimento moderno. Mas, ao contrário, esta concepção tem valor crescente no presente e indica um horizonte de futuro. Portanto, pensadores atuais que vêm dos povos originários, como Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Nego Bispo, e uma série de jovens mulheres indígenas e negras como Txai Suruí ou Lélia Gonzales, merecem ser lidos e lidas com atenção. Eles representam esse pensamento comunitário, voltado para os bens comuns, e nos desafiam a resgatar nossa história mística e profética, enquanto cristãos.

A defesa dos territórios e das comunidades

É do conhecimento comum que, quando os povos podem cuidar de seus próprios territórios, à sua maneira, eles ficam preservados. Acontece que, numa situação de bacia hidrográfica, por exemplo, não basta o território de um povo, mas todo território da bacia precisa ser cuidado. Esse é um princípio básico da gestão. Por isso, foram criados os comitês de bacia, não só da calha central como de seus afluentes, exatamente para cuidar da bacia como um todo. Portanto, os territórios dos povos originários nos fazem pensar na totalidade do planeta, já que se relacionam tanto com o ciclo das águas, quanto com o dos ventos e do clima. Embora o cuidado comece no local, a preocupação com sua defesa da vida e da Terra deve se conectar com fluxos que acontecem a milhares de quilômetros de onde esse território está situado. Somos chamados a pensar globalmente e a agir localmente.

Por consequência, tentar reverter as mudanças climáticas (não só se adaptar ou mitigar), implica agir aqui e agora, onde estamos, tanto pessoalmente, como comunitária e politicamente, no sentido mais amplo de bem comum. É possível mitigar a situação com “*ilhas de amenidades*”, ou então permitir que nossos ambientes se transformem em “*ilhas de calor*”. Áreas com mais árvores, menos cimento, mais sombras, tendem a amenizar o clima de uma forma muito mais importante do que imaginamos. Estudos afirmam que entre o centro de Teresina e suas periferias a diferença de temperatura pode chegar a 7º C. Na

cidade de São Paulo, a diferença entre bairros pode chegar a 10º C, dependendo da renda, mas fundamentalmente da arborização (Mackenzie, 2024). É muita diferença para tão curta distância.

Tudo isso influencia na “*conversão ecológica*”, que implica não só numa mudança de mentalidade, mas também de práticas, efetivamente criando uma nova cultura de cuidado socioambiental. A questão territorial não pode ser deslocada da questão climática. Infelizmente, há uma tendência muito forte, nas configurações políticas do Estado, em tratar esses temas de forma simbólica, estética, mas sem resultados reais. A demarcação das terras indígenas, a proteção dos quilombos, dos pequenos agricultores, dos pescadores, dos camponeses, verdadeiras “*zonas de proteção climática*”, são tarefas muito maiores do que, simplesmente, dar a esses povos um ministério nos governos.

Nestes últimos anos, a violência e os conflitos no campo aumentaram, junto com ameaças, criminalização de lideranças, expulsão de comunidades de seus territórios, incêndios dolosos e assassinatos. Milícias, pistoleiros, grupos armados e organizados, alguns autodenominados “*Invasão zero*”, pretendem impor, pela força, o controle da terra e a expansão dos grandes negócios, acima da lei e das instituições. A Igreja, desde o Sínodo para a Amazônia, lançou, em nível nacional, a campanha “*A vida por um fio*”, hoje ampliada no continente sul-americano com o nome “*La vida pende de un hilo*”, apoiando as iniciativas de comunidades e povos para a autodefesa de seus territórios e fortalecimento da incidência política da sociedade civil sobre os governos, em defesa do direito à vida. Isso é promover a Ecologia Integral.

A reforma agrária



Enquanto o grande capital acumula as riquezas e hegemoniza vários setores da economia no mundo, inclusive a produção de alimentos, interessando-se particularmente pelas *commodities*, setores subalternos da sociedade exibem um outro lado dessa moeda. Em um país como o Brasil, o que sustenta a alimentação da população é a agricultura familiar de tipo camponês, centrada em pequenos módulos de terra, na produção de alimentos básicos como os hortigranjeiros, mandioca, inclusive grande parte do arroz e do feijão. O agronegócio, ainda que use a força das propagandas para justificar sua importância, é responsável pela concentração da propriedade de extensões de

terra, consumo intensivo de água, plantações monoculturais, uso intensivo de fertilizantes e venenos. O agronegócio não sabe conviver com a biodiversidade. Enquanto isso, produzir alimentos em escala local gera renda para as famílias dedicadas a essas atividades, além da própria soberania alimentar. Movimenta uma economia de proximidade, circular, que dispensa, em grande parte, os transportes à longa distância, poupando energia, evitando o lançamento de gases de efeito estufa. No entanto, como vimos, o investimento do Estado no agronegócio é infinitamente superior ao que se investe em agroecologia.

A Reforma Agrária é uma luta permanente ao longo da história do campesinato brasileiro. Quem deu uma nova face para essa luta foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Em reivindicações pela terra e nas ocupações de áreas improdutivas, o Movimento conseguiu pautar a Reforma Agrária e assentar cerca de 450 mil famílias. Com todos os limites, mas também com o cuidado com as pessoas, principalmente as crianças (Sem Terrinhas), o MST é um movimento icônico em todo o mundo.

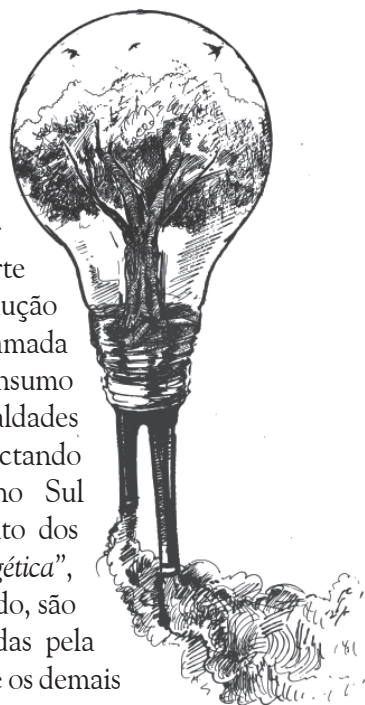
Com um regime agrário do agronegócio, tantas vezes violento contra os povos e contra a natureza, com tanta fome ainda assolando o território brasileiro, uma reforma agrária contemporânea, que pense e pratique a partilha da terra, o reconhecimento dos territórios tradicionais e comunitários, dos povos indígenas, dos quilombolas, não só ajuda na produção de alimentos, como na oferta de vida digna para grande parte da população, além da geração de trabalho e renda. Portanto, pela importância que tem, a Reforma Agrária é elemento fundamental no horizonte de um país mais justo e em paz. Seria ingenuidade propor conversão ecológica em nosso país sem implementar políticas reais de Reforma Agrária e de defesa da agroecologia. Do contrário, ficaremos presos às estruturas injustas que exploram os trabalhadores e danificam a terra.

Uma transformação no uso da energia

Sem energia nada se move, inclusive nós, seres humanos. Nossos alimentos são a nossa principal fonte energética. O abandono dos combustíveis fósseis para a geração de energia é necessário, urgente e inevitável. A energia baseada nos combustíveis fósseis é a razão fundamental na emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, principalmente o gás carbônico (CO₂). É também

inevitável por serem os combustíveis fósseis bens naturais limitados e não renováveis, isto é, eles se esgotam.

Este manifesto, porém, apresenta sua crítica a agenda da “*transição energética*” promovida por governos e corporações, especialmente do Norte Global, que prioriza a descarbonização e a redução de emissões em função da produção da assim chamada “*energia limpa*”. Esse modelo visa manter o alto consumo de energia nos países ricos e não resolve as desigualdades no acesso e na distribuição de energia, impactando negativamente as comunidades vulneráveis no Sul Global. Além disso, para garantir o fornecimento dos minerais essenciais para a chamada “*transição energética*”, grandes territórios, nas regiões periféricas do mundo, são transformados em “*zonas de sacrifício*”, impactadas pela expulsão de comunidades, a poluição, a violência e os demais danos provocados pelo extrativismo predatório.



Essa busca por novas matrizes energéticas passa por muitos interesses, propostas, erros, confronto com comunidades tradicionais e outros conflitos cotidianos em nossos territórios. A transição energética como tem sido proposta no marco do neoliberalismo, se baseia e amplia a acumulação desigual de riquezas, com a criação de mercados para novas fontes de energia, por isso, ela tem se configurado como “*transação*” energética e não como “*transição*”. Daí a justa resistência de vários setores da sociedade contra esses novos empreendimentos.

Defendemos uma transformação estrutural que priorize a justiça socioambiental e respeite os direitos dos povos mais afetados e não apenas uma transição de efeito cosmético. Muitas das propostas que vêm das bases falam em geração descentralizada da energia solar e eólica, na luta para manter esses ativos como bens comuns, no controle do consumo tanto doméstico como industrial. Enfatizando a agroecologia, que poupa energia e a produção/distribuição/consumo local, que evita longos percursos de transportes consumidores de energia poluidora. Essas iniciativas existem, mas de modo ainda isolado, não como uma proposta ou uma iniciativa coordenada e orgânica para um país, ou mesmo para um estado ou uma cidade. É dessa dinâmica também que nascem

as propostas, que vêm das bases, de moratórias sobre extrativismos minerais e até de expansão de projetos que utilizam intensamente a água, como é o caso da Articulação Popular São Francisco Vivo.

A sobriedade feliz

O Papa Francisco propõe para essa transição de época um estilo de vida diferente: baseado no princípio de sobriedade feliz. Desta forma também aprofunda sua crítica ao modelo do consumismo e do descarte, que gera desperdício e lixo. A sobriedade feliz nos leva a uma vida mais rica: *“a espiritualidade cristã propõe uma forma alternativa de entender a qualidade de vida, encorajando um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo”* (LS, 222).

Na *Laudate Deum*, o Papa reconhece que a mudança no estilo de vida pessoal não é suficiente para mudar a sociedade que temos. É urgente pensar também em um novo patamar de sociedade. Em outras palavras, acaba por aceitar a proposta de outros cientistas que há mais de duas décadas sugerem a urgência do “*decrescimento*” das economias ricas e super-ricas.

A proposta da sobriedade feliz escancara a contradição da acumulação capitalista, que não pode se sustentar a não ser para um crescimento ao infinito, favorável para apenas um número mínimo de pessoas e insuportável para a Terra. Esse é o grande impasse da civilização atual, isto é, ela não tem como crescer infinitamente, mas, ao mesmo tempo, não tem como subsistir a não ser pelo crescimento contínuo, apelo que está diariamente no mundo econômico e na mídia de teor capitalista. Como vimos, esse paradoxo é insuperável dentro do modelo. A humanidade só vai dar novos saltos de qualidade quando impasses que parecem intransponíveis forem sendo superados, enfrentando e transformando um modelo que produz aquecimento do planeta, diminuição da qualidade dos solos e a perda de muitas espécies. Como cristãos, mantemos a esperança em um mundo de justiça e paz e nos comprometemos firmemente a contribuir com sua construção. A hora é agora! Maranata!

Que seja este manifesto um grito de esperança. Não daquela esperança passiva, de pura espera, mas desta mesma que corre nas veias de quem escreve estas páginas: cheia de movimentos proféticos, em prol de um tempo novo. O esperar dos mártires defensores das florestas, dos rios, das montanhas, da biodiversidade. De Dorothy Stang, de Berta Cáceres e de Chico Mendes. Esperança justa que não morre com a violência dos injustos, pois ela é dom pascal, nascida do Ressuscitado.

Que este manifesto abra clareiras, não somente a partir da confiança nas forças humanas: a vida é um dom muito largo e Deus manifesta seu amor na misteriosa engenharia universal, sempre em transformação. Aliás, só é possível a borboleta voar livre, depois de ter passado pela paciente metamorfose do casulo.

Não seja entendido, este manifesto, como escrito pessimista e desesperado. Se assim o fosse, a quem serviria? Aos que gozam de poder e glória no meio de tantas tragédias. Todo pessimismo, nesta travessia civilizatória, somente contribui com a manutenção de uma sociedade injusta. Por isso, é preciso tocar, com coragem, as feridas. Sem maquiá-las, como fazem os discursos neoliberais. Não há coisa mais contraditória do que o tal de *“capitalismo verde”*. Aliás, esse é um bom exemplo da figura de linguagem que se chama oxímoro. Que é quando duas realidades contraditórias são colocadas juntas. Agora, também, estão usando o termo *“mineração verde”*. O que este manifesto pergunta é: quem é que está pagando a tinta?

Um manifesto para dentro e para fora de nossas igrejas, porque é pela Ecologia Integral. Com o desejo de defender uma narrativa urgente, que nos coloca, enquanto cristãos, como guardiães da casa comum, é assim que o entendemos. Preocupados com que planeta deixaremos para as novas gerações, é hora de pensar e agir, à luz do Deus da vida, que *“viu que tudo era bom”* (Cfr. Gn 1). Então, que estas páginas também nos despertem para um novo pacto com a mãe terra, nossa casa comum, grande e generosa parceira.

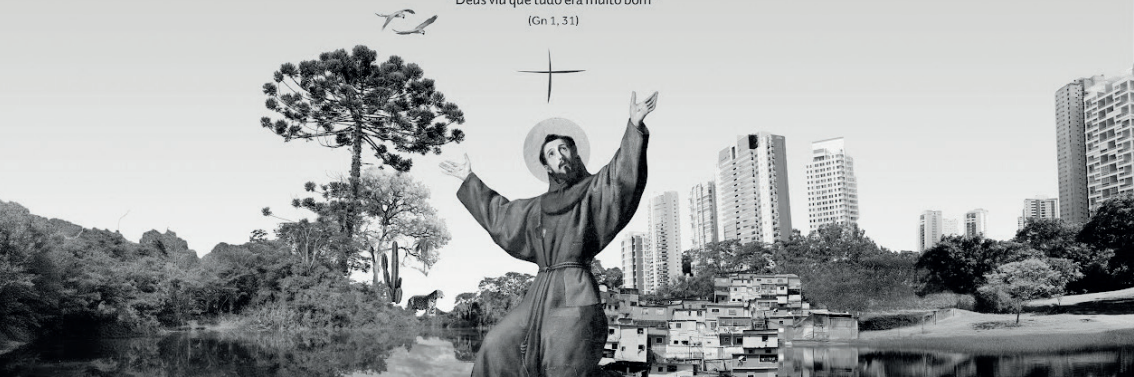
Por fim, que não nos esqueçamos de pedir, em nossas súplicas feitas com os olhos fechados, para o Criador nos ajudar a abri-los, ainda mais, diante do que está acontecendo com o planeta. E que não nos falte criatividade para desenhar, com sonhos e trabalho, *“novos céus e nova terra”* (2Pd 3, 13).

Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB

Dom Vicente de Paula Ferreira
Dom Edson Taschetto Damian
Dom Francisco Cota de Oliveira
Dom Gabriele Marchesi
Dom Norbert Hans Christoph Förster
Frei Rodrigo de Castro Amédeé Péret
Moema Miranda
Pe. Dário Bossi
Roberto Malvezzi

FRATERNIDADE E
**ECOLOGIA
INTEGRAL**

“Deus viu que tudo era muito bom”
(Gn 1, 31)



CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2025
13 de Abril - Domingo de Ramos
Coleta Nacional da Solidariedade



ANDRADE, Pedro; AZEVEDO, Wellington; JULIÃO, Janaína. Arquitetura da impunidade: uma análise dos arranjos de governança nos crimes socioambientais da Samarco S.A. no Rio Doce e da Vale S.A. no Rio Paraopeba. Belo Horizonte: Caritas Regional Minas Gerais, 2023.

BACON, Francis. Francis Bacon: o torturador da natureza. In < <https://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/35/21784> > Acesso em 28/10/2024.

CHARDIN, Pierre Teilhard de. O fenômeno humano. Livraria Tavares Martins, Porto-Portugal. 3ª Edição, 1970.

COVAS, A E COVAS, M. Modernização ecológica, serviços ecossistêmicos e riscos globais, Edição da Universidade do Algarve, Faro, 2010.

FANON, Frantz. OS CONDENADOS DA TERRA. Kindle.

FERREIRA, Dom Vicente de Paula. Carta Pastoral. Ecologia Integral: um caminho de esperança e cuidado da casa comum. Livramento de Nossa Senhora, 2025.

FRANCISCO, Papa. Laudato Si'. In < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html > Acesso em 07/11/2024.

FRANCISCO, Papa. Fratelli Tutti. In < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html >. Número 27. Acesso em 28/10/2024.

FRANCISCO, PAPA. Querida Amazônia. In < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html >. Acesso em 30/10/2024.

FRANCISCO, Papa. Discurso do Papa Francisco aos Participantes do Encontro dos Movimentos Populares. Coleção Sendas. Volume 1. Edições CNBB. 2015.

FRANCISCO, Papa. Laudate Deum. A todas as pessoas de boa vontade sobre a crise climática. Brasília: Edições CNBB, 2023.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Edição comemorativa. Porto Alegre: L&PM editores, 2021.

HARARI, Yuval Noah. Paradoxo da humanidade é ter que desacelerar, mas rápido. < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/10/paradoxo-da-humanidade-e-ter-que-desacelerar-mas-rapido-diz-yuval-noah-harari.shtml> >. Acesso em 17/10/2024

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

IHU. Como a resposta de Teilhard à censura do Vaticano finalmente veio à tona. In < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/579694-como-a-resposta-oculta-de-teilhard-de-chardin-a-censura-do-vaticano-finalmente-vieram-a-tons> > 2018. Acesso em 07/11/2024.

KRENAK, Ailton. IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO. – 2ª ed – São Paulo : Companhia das Letras, 2020, pg. 21.

- KOPENAWA, Davi e BRUCE, Albert. A Queda do Céu. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LOVELOCK, James. Gaia: alerta final. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2009.
- MALVEZZI, Roberto. Peixes de Piracema – Aos que estão desanimados. In < <https://cebsdobrasil.ofertorio.com/peixes-de-piracema-aos-que-estao-desanimados/> >. Acesso em 28/10/2024.
- MACKENZIE. Estudo. https://www.instagram.com/radiobandeirantes/p/DAbIsjYs-r_/
- OLIVEIRA, Tatiana. *“Assetização da natureza como razão da ex-a-propriação neoliberal”*. In: Finanças verdes no Brasil/ organizado por lagê Z. Miola .../ São Paulo: Bulcher, 2022.
- PACHECO, Denis. Combustível do Futuro. In< <https://jornal.usp.br/atualidades/combustivel-do-futuro-helio-3-e-dez-vezes-mais-comum-na-terra-do-que-se-imaginava/#:~:text=Por%20isso%2C%20a%20descoberta%20recente,espa%C3%A7o%20sideral%2C%20especialmente%20na%20Lua> > Acesso em 14/10/2024.
- MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- SARTRE, Jean-Paul. As Palavras. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1997.
- SEGUNDO, Juan Luis. Que mundo? Que homem? Que Deus? Aproximações entre ciência, filosofia e teologia. São Paulo: Paulinas, 1995.
- TURBIANI, Renata. Bunkers de bilionários: será que eles sabem de algo que não sabemos? Por que querem se proteger do apocalipse? < <https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2023/04/bilionarios-buscam-bunkers-de-luxo-isolados-para-escaparem-do-fim-do-mundo-veja-fotos.ghtml> > Acesso em 29/10/2024
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo (Portuguese Edition) (p. 17). Edição do Kindle. Editora Martin Claret Ltda., 2013, pg. 17.



Comissão Especial
para a Ecologia
Integral e Mineração